

Apresentação

Maio de 2018

Como já se adiantava em março, 2018 segue sendo um ano marcante. Não apenas pelos 50 anos das mobilizações de 1968 – tema que dá o conteúdo do dossiê dessa edição –; nem apenas pelos 200 anos do filósofo do materialismo histórico e da filosofia da Práxis, Karl Marx, cuja inspiração teórica pode ser vista no título deste publicação.

2018 é um ano de perda. No dia 14 de março, Marielle Franco e Anderson Gomes foram brutalmente assassinados praticamente em uma emboscada no Rio de Janeiro. Marielle representava, no plano da política partidária e dos movimentos sociais, aquilo que, de certa forma, tentamos promover desde essa revista no plano das ideias. Era uma vereadora combativa, comprometida com as lutas populares, com o anti-racismo, machismo e homofobia. Algumas semanas mais tarde, em um processo eivado de questionamentos quanto à sua legitimidade, Luiz Inácio Lula da Silva, o único até agora presidente popular do Brasil, foi condenado e preso em Curitiba. Salvas as críticas que podem – e devem – ser feitas à sua política, o risco que esse “processo de exceção” representa à nossa tão nova e já calejada democracia não pode ser ignorado. As eleições se aproximam, não sabemos muito bem o que teremos de escrever no editorial de Outubro. Oxalá, os tempos se tornem mais auspiciosos. Com esse ímpeto e tentando unir as ferramentas do compromisso com as armas radicais da crítica, esperamos oferecer com esse mais novo número da Direito e Práxis material para discussão e debate informado de ideias.

Nesse sentido, apresentamos o mais novo número da **Revista Direito e Práxis** (**vol. 9, n.2, 2018 – 22ª edição – abr-jun**) com mais doze artigos inéditos, resenhas, traduções e um dossiê sobre os impactos e recepções do Maio de 68 francês, não apenas na Europa, mas também na América Latina.

A seção geral de artigos traz trabalhos inéditos que abrangem temas nos campos da teoria do direito, filosofia política, movimentos sociais, discussões sobre feminismo e gênero, além de trabalhos no campo do direito e marxismo.

O dossiê deste número foi organizado pelas doutoras Noelle Resende e Fernanda Pradal e apresenta uma curadoria cuidadosa de trabalhos sobre as recepções, debates e práticas relacionadas ao Maio de 1968, 50 anos depois. Além disso, ainda no âmbito do dossiê, esse número conta com uma tradução de artigo do pesquisador francês Mathieu Rigouste da Universidade Paris VIII – St. Denis.

Por fim, a revista também traz duas resenhas de obras do pensamento social brasileiro atual e dos debates decoloniais latino-americanos. Agradecemos a contribuição das alunas e alunos do PPGDir da UERJ e demais tradutores pela realização das resenhas e traduções.

Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

50 anos de Maio de 1968: controvérsias, ressonâncias e atualizações

Noelle Resende

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Fernanda Ferreira Pradal

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Este dossiê da Revista Direito e Práxis tem como objetivo celebrar o marco de cinquenta anos dos movimentos de Maio de 1968 a partir da reflexão sobre os percursos históricos e a conjuntura política que levaram à eclosão de processos críticos e de resistência em diferentes países. Sendo assim, ressalta suas controvérsias e ressonâncias abrindo caminhos de análise para os movimentos políticos da atualidade.

Os artigos que integram essa edição retracam os acontecimentos do período e seus desdobramentos no contexto político da época em dois espectros de problematização: o temporal, que revisita o contexto dos anos 1960 e 1970 e que se projeta em continuidade sobre o cenário político e social do século XXI, conjugando as repercussões políticas entre passado e presente; e o espacial, que atravessa os acontecimentos entre a Europa e o Brasil, compondo um diverso e amplo alcance dos movimentos e embates políticos do período e do presente.

As autoras e autores convidados para compor essa edição atuam em diferentes áreas de conhecimento: filosofia, psicologia, direito, antropologia, ciências sociais e história. Pretendemos assim que a narrativa desta coletânea seja plural, possibilitando uma perspectiva abrangente sobre os eventos de 1968 e seus desdobramentos atuais.

O trabalho de Marlon Miguel abre o dossiê propondo uma análise sobre as disputas discursivas em torno dos eventos que marcaram o ano de 1968 na França. No texto, somos convidados a perceber como em 2018 os sentidos sobre os eventos de 1968 ainda permanecem em aberto. Sendo reatualizadas nos dias de hoje, em um

contexto político onde as lutas voltam intensamente para as ruas, as interpretações sobre 1968 podem ser apropriadas a partir de uma perspectiva neoliberal ou a partir de uma análise que faça justiça aos movimentos daquele período. Essa é a problemática proposta pelo autor.

No segundo texto que compõe a presente coletânea, Mathieu Rigousti nos convida a uma análise histórica sobre os processos de institucionalização da xenofobia e sobre os mecanismos que, em diferentes períodos, justificam a implementação, pelo Estado, de processos e políticas de perseguição aos estrangeiros. Ao mesmo tempo em que variáveis econômicas justificam processos de perseguição contra imigrantes pelo Estado, a economia capitalista - forma constitutiva do próprio Estado - demanda a exploração de uma mão de obra precarizada e barata. A partir desses pressupostos, o autor nos coloca a seguinte questão: "Como compreender, nesse quadro, a ofensiva anti-imigratória do começo dos anos 1970 que iniciou o período no qual ainda vivemos, em que o imigrante pós-colonial se caracteriza por um tipo de bode expiatório transversal?".

Seguindo uma abordagem histórica que traz luz para os eventos de 1968, Raquel Varela e Roberto Della Santa, analisam os acontecimentos de maio de 1968 em diferentes cidades europeias - Berkeley, Londres, México, Praga, Turim e Paris - e como seus impactos marcaram uma época no século XX. Para os autores, na Europa, 1968 foi capaz de colocar - pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial - em questão a hegemonia dos partidos pró URSS enquanto orientadores das classes trabalhadoras. No mundo como um todo, 1968 representou um marco de luta protagonizada pelas classes populares, por trabalhadores e estudantes.

Fechando esse primeiro bloco do dossiê, no qual o contexto e os eventos de 1968 na Europa são o ponto de partida das análises propostas - o trabalho de Edson Passetti nos convida a olhar para os acontecimentos daquele ano a partir da experiência afetiva dos andarilhos. Resistentes à captura por noções já delimitadas como as de nômade ou vândalo, os andarilhos nos introduzem uma experiência de recusa aos processos de normalização da contemporaneidade.

Rafael Vieira e Beatriz Vieira abrem uma análise de 1968 direcionada ao contexto brasileiro e à violência de Estado do período ditatorial (1964-1985), especificamente no campo das políticas educacionais da educação superior. Tendo como ponto de partida os sentidos de 1968 no mundo e especificamente no Brasil e apresentando os principais acontecimentos voltados para o controle do movimento estudantil no campo da educação superior daquele período - que tem o ano de 1968 como apogeu - os autores desenvolvem uma análise sobre a legislação desse campo e trabalham a relação entre a violência de Estado e a modernização econômica. O texto discute a noção de "estado de exceção" a partir de uma perspectiva histórica (na qual o período colonial é o ponto de origem) para analisar a "excepcionalidade" da lei educacional no Brasil no período ditatorial.

Aprofundando o análise do cenário brasileiro, Thula Pires nos propõe uma reflexão sobre as formas de resistência negra que se organizaram no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, na luta contra o regime ditatorial. A análise desenvolvida pela autora mostra como o mito da democracia racial enquanto mecanismo ideológico da ditadura permitiu o aprofundamento de práticas violentas e racistas que marcam e definem até hoje a estrutura institucional brasileira.

Ângela Figueiredo nos apresenta o surgimento e a consolidação, enquanto organização autônoma, na década de 1980, do movimento de mulheres negras. Trazendo alguns dos grandes marcos de construção dessa luta, a autora nos mostra como as demandas que ganham voz na atuação desses grupos revelam sua exclusão do projeto de processo civilizatório proposto pelo Estado brasileiro.

Caminhando para a conclusão do dossiê e mergulhando nas lutas brasileiras atuais, somos convidados por Cecília Coimbra e Ana Monteiro a pensar a noção de Acontecimento a partir da perspectiva deleuziana e de suas interlocuções com Felix Guattari, Nietzsche e Michel Foucault. A partir deste conceito filosófico, as autoras lançam uma pergunta sobre o processo de ocupações das ruas vivido no Brasil em 2013. A pergunta que guia o texto é "Poderíamos considerar Junho de 2013 no Brasil um Acontecimento?"

A edição se encerra com um olhar para a atual conjuntura de recrudescimento da violência institucional e de aprofundamento de um cenário de retrocesso político, econômico e social no Brasil. O panorama proposto por Fernanda Pradal e Noelle Resende parte da compreensão de que vivemos em um cenário em que as estruturas do Estado revelam as permanências históricas do processo colonizador e dos períodos dos regimes ditatoriais - com ênfase na ditadura de 1964-1985. O genocídio da população negra e pobre é um fenômeno perpetuado por um complexo funcionamento institucional no qual se articulam os diferentes poderes que compõem a estrutura estatal. O ano de 2013, a reeleição de Dilma Rousseff, a consolidação do golpe que colocou Michel Temer no poder em 2016 são importantes analisadores do atual cenário político que vivemos. Nesse contexto, tanto a intervenção federal-militar no Rio de Janeiro como o espaço aberto aos militares na gestão golpista de Michel Temer são processos que nos revelam um cenário de fragilização e ameaça aos direitos humanos, e que colocam em questão as perspectivas políticas para o pós 2018.

Por fim, agradecemos imensamente à Sônia Gomes e à Galeria Mendes Wood pela gentileza de ceder os direitos autorais dessa linda obra (Memória, 2004) que é capa desta edição. O trabalho de Sônia Gomes nos interpelou por debruçar-se sobre memórias de usos, funções e práticas de corpos, que marcam os materiais de sua arte, e que, entre passado e presente, teimam no desejo de seguir existindo em novos seres.¹

Convidamos a todas e todos a experimentar este percurso de leitura que une os anos de 1968 e 2018 por meio de acontecimentos, permanências e lutas. O dossiê tem como proposta trazer diversos temas e perspectivas que nos propiciam vivenciar esses cinquenta anos através de seus desdobramentos em diferentes espaços-tempos. No atual cenário brasileiro, em que é preciso resistir, mais do que nunca, tem ganhado sentido a afirmação: Lembrar é (re)existir!

¹ Para ler mais sobre a obra da artista: <http://omenelick2ato.com/artes-plasticas/sonia-gomes-tecelagem-da-memoria/>

Expediente desta edição

Editores:

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Comissão Executiva

Bruna Mariz Bataglia Ferreira, PUC-Rio, Brasil

Deborah Marcos, UERJ, Brasil

Isadora Lins, UERJ, Brasil

Nina Alencar Zur, UERJ, Brasil

Raíza Uzeda, UERJ, Brasil

Taísa Rodrigues, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Bianca Tavolari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. Cesar Cerbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina, **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil, **Dr. Giovanne**

Schiavon, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil; **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil; **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Lavras, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UNB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; Portugal; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José de Magalhães Campos Ambrósio**, UFU, Brasil; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Laura Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London; **Ligia Fabris Campos**, Humboldt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, USA; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Meneses**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Marta**

Rodriguez de Assis Machado, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFRSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.